

# Conselho Municipal de Política Territorial

## C M P T

### ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

**Data:** 27 de maio de 2.021.

**Horário:** 17h45min (1ª convocação)

**Local:** Reunião Virtual Plataforma Google meets

Aos vinte e sete (27) dias, do mês de maio (5), do ano de dois mil e vinte e um (2021), no formato de reunião virtual utilizando a plataforma Google meets no endereço <https://meet.google.com/oix-wpjr-vhd> por conta do isolamento social provocado pela pandemia da COVID 19, às 17h45min, horário da primeira convocação, foi verificado o quórum pelo Sr. Presidente André Ferrazzo e constatada a presença de 7 titulares e 1 suplente que é insuficiente para início dos trabalhos na forma regimental deste Conselho, aguardou-se até as 18h15min e então com a presença de 23 conselheiros titulares, 2 suplentes além de 2 convidados, sendo, Marcelo Grisi e Gustavo Mondego – representante do setor de meio ambiente da empresa VOA SP e o Diretor de Conselhos Luiz Augusto Zambon, os trabalhos foram então iniciados. Como primeiro item da pauta, aprovação das atas das últimas seis reuniões, o sr. Presidente perguntou aos conselheiros se todos haviam lido todas as atas e não havendo unanimidade, sugeriu ler e aprovar a ata da 12ª Reunião Extraordinária de 10 de maio e que as demais seriam aprovadas na próxima reunião – proposta essa aceita por unanimidade. Então o sr. Presidente leu a ata, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos presentes. Então o sr. Presidente passou ao segundo item da pauta, aprovação dos pareceres sobre ZEIS e recuo em edificações da Câmara Técnica de Análise da Legislação Urbanística - CTALU. O parecer sobre a ZEIS foi lido pelo conselheiro Rafael Carrero e o conselheiro Nivaldo informou que o conselheiro Leopoldo Brunelli, representante da FUMAS, explicou sobre a importância e viabilidade desse parecer, razão pela qual a CTALU entendeu que não seria necessário ouvir representantes da Caixa Econômica Federal – CEF, inicialmente aventado na discussão desse tema. Então, o conselheiro Henrique Parra Parra disse que conversou com colaboradores da CEF, que entenderam oportuno o parecer. A conselheira Rosemeire informou que é favorável ao parecer, principalmente considerando que de 2.000 a 2.018 o número de domicílios no município cresceu 48%. O conselheiro Leopoldo Brunelli complementou informando que o município doa a área para esse tipo de empreendimento, para poder viabilizá-lo. Não havendo mais considerações, o sr. presidente colocou o parecer em votação, sendo aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente colocou em discussão o parecer sobre recuos, o qual foi lido pelo conselheiro Rafael Carrero, sendo constatada uma omissão no Quadro 10 do Artigo 261 do Plano Diretor. O conselheiro Nivaldo explicou com exemplos essa omissão. Não havendo nenhum questionamento, o sr. Presidente colocou esse parecer em votação, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente passou ao terceiro item da pauta, discussão sobre alteração do Regimento Interno, ficando acordado que os conselheiros Luiz Dias, Regina, Francine, Cláudia e Alex iriam tabular as propostas dos conselheiros para que o tema pudesse ser melhor discutido na próxima reunião. Então, o sr. Presidente passou ao quarto item da pauta, discussão sobre a questão que envolve a empresa VOA SP e a Associação Mata Ciliar. Passou a palavra para o convidado Gustavo, que explanou que a VOA SP possui a concessão para explorar a área do Aeroporto de Jundiaí que contempla uma área de aproximadamente 30.000 m<sup>2</sup>, a qual inclui uma área onde está a Associação Mata Ciliar. Informou que dentro desse polígono está uma área onde até 2.018 não havia nenhuma ocupação e que recentemente passou a ser ocupada pela Associação Mata Ciliar. Informou ainda que a VOA SP tem grande preocupação com essa entidade muito próxima ao aeroporto, pois pode atrair aves que podem colocar em risco a operação do aeroporto. Informou ainda que o distrito industrial e o trânsito da Rodovia dos Bandeirantes e Dom Gabriel Paulino Bueno Couto diluem o ruído do aeroporto. Também informou que o ruído aeronáutico tende a aumentar e sugeriu que o Conselho ouça autoridades aeroportuárias sobre o assunto, antes de se manifestar. O conselheiro Nivaldo externou ficar extremamente

**Avenida da Liberdade, s/nº - 5º andar – Ala Sul – Paço Municipal – Jardim Botânico  
13.214-900 - Jundiaí/SP - e-mail:cmpt@jundiai.sp.gov.br**

# Conselho Municipal de Política Territorial

## CMPT

preocupado com a questão da segurança dos voos em função da avifauna e convidou o Gustavo a participar de uma reunião envolvendo o Conselho de Gestão da Serra do Japi e COMDEMA para discorrer sobre o assunto, proposta esta aceita pelo convidado. O conselheiro Nivaldo perguntou ao convidado Gustavo se a VOA SP tinha intenção em ampliar a área do aeroporto em direção à Serra do Japi. Gustavo respondeu que a VOA SP tem a concessão de uso do aeroporto e não tem competência para esse fim. O conselheiro Silvio Drezza perguntou para o convidado Gustavo se a VOA SP tinha conhecimento e responsabilidade sobre o cumprimento de um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental no qual o DAESP, por ocasião da aprovação da ampliação do Aeroporto, firmou com o então DEPRN – Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, o qual respondeu que não tinha conhecimento. O conselheiro Henrique Parra Parra disse que a Associação Mata Ciliar deveria ficar, pois cuida desse local desde 1.997 e que o mesmo deveria ser transformado numa ZEPAM. Então, o conselheiro Silvio Drezza disse que a proposta que tem circulado pelas redes sociais de transformar a área em ZEPAM por conta da manutenção da Associação Mata Ciliar é totalmente descabida, pois não é esse o objetivo dessa zona. Além do mais, caso essa área seja efetivamente incluída como uma ZEPAM, a Associação Mata Ciliar terá que sair de lá, pois estará em desacordo com o Artigo 215 de nosso Plano Diretor que disciplina os usos possíveis nessa zona. Então, leu esse artigo aos presentes. O conselheiro Saúgo perguntou se a Associação Mata Ciliar não poderia ser enquadrada como atividade de Educação Ambiental, prevista na ZEPAM. Após discussão entre os presentes, entendeu-se que não. O conselheiro Silvio Drezza sugeriu oficializar a CETESB, Defau (órgão da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente que analisa projetos de intervenção na fauna silvestre) e IBAMA para conhecer opiniões técnicas sobre o assunto para então o Conselho se manifestar sobre o assunto. O conselheiro Luiz disse que gostaria de ter acesso ao Estatuto da Associação Mata Ciliar para conhecer se em caso de dissolução da associação, os seus bens para quem ficaria. O conselheiro Turra leu o código das ONGs, enfatizando o seu significado. O sr. Presidente colocou as duas propostas em votação, as quais foram aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a ser discutido sobre a pauta, o sr. Presidente abriu a “palavra livre dos conselheiros”. O conselheiro Silvio Drezza informou que faz parte do Conselho Gestor da APA e informou sobre o Plano de Metas desse conselho que prevê a formação de sete Câmaras Técnicas para tratar de assuntos como fiscalização, licenciamento, pesquisa, dentre outros e disponibilizou essas propostas no grupo de Whatsapp do conselho, externando a importância da presença de pelo menos um conselheiro em cada uma dessas Câmaras Técnicas. Também informou que a partir da próxima reunião, as mesmas serão gravadas, com a finalidade de facilitar a elaboração das atas. E nada mais havendo a ser tratado, às 20h08min o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião que assina a presente ata feita por mim, Conselheiro Silvio Eduardo Drezza, 1º Secretário da Coordenadoria Executiva. Jundiaí, 27 de maio de 2021.

---

André Luiz de Oliveira Ferrazzo  
Presidente do Conselho Municipal de Política Territorial – CMPT

---

SILVIO EDUARDO DREZZA  
1º Secretário do Conselho Municipal de Política Territorial - CMPT

**Avenida da Liberdade, s/nº - 5º andar – Ala Sul – Paço Municipal – Jardim Botânico  
13.214-900 - Jundiaí/SP - e-mail:cmpt@jundiai.sp.gov.br**